



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
**RECORTE DE JORNAIS**

Veículo: JORNAL DA CIDADE

Identificação: CIDADES B1

Data: 18/10/2012

# Professor presta queixa por salários atrasados

Maria Odilia

Os prefeitos que deixarem de pagar ou atrasarem os salários dos professores terão que se explicar para a polícia e dar conta do motivo que os levou a negligenciar esse pagamento ao Ministério Público Estadual (MPE). Isso porque a presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Estado de Sergipe (Sintese), Ângela Melo, está orientando os representantes do Sintese nos municípios sergipanos que prestem queixa na delegacia e acionem o MP caso ocorra atraso ou falta de pagamento salarial da categoria. A última prefeitura denunciada pela entidade ao MPE e à delegacia municipal foi a de São Cristóvão. Mas o Sintese já prestou queixa contra os municípios de Itabaiana, Carira, Aquidabã, Santana de São Francisco e Graccho Cardoso.

“Estamos orientando as lideranças para se dirigirem à delegacia local e prestarem um Boletim de Ocorrência [BO] contra o prefeito da cidade por dias trabalhados e não pagos. Utilizamos o conceito de apropriação indébita.



ÂNGELA MELO: queixa policial

O trabalhador que cumpre suas obrigações quer receber e o salário dele muitas vezes é usado para comprar alimentação”, declarou a sindicalista. Segundo ela, a Prefeitura de Santana de São Francisco está devendo três meses de salário aos professores.

O mesmo acontece com a Prefeitura de Carira. Já no município de São Cristóvão, o prefeito Alex Rocha pagou o salário referente ao mês de setembro somente a alguns educadores e a outros não. “E os que receberam o mês de setembro tiveram desconto

dos triênios, que variam de R\$ 250 a R\$ 230, ou mais, dependendo do tempo de serviço de cada professor. Mas quando solicitamos informações à Secretaria de Educação do Município alegaram que a prefeitura estava com as contas bloqueadas. Procuramos o juiz da comarca de São Cristóvão, Manoel Costa Neto, e ele disse que as contas da prefeitura estão bloqueadas e os pagamentos serão feitos pela Justiça”, declarou.

Por conta disso, Ângela Melo também orienta aos líderes sindicais que procurem o MPE, em caso de atrasos salariais. “Procurem o Ministério Público para pedir ajuda para que possam resolver esses impasses não só com relação aos professores, como também aos servidores públicos”, disse a sindicalista, ao acrescentar que basta atrasar o salário de apenas um professor para ela registrar um B.O. “Professor precisa ser respeitado e valorizado”. A reportagem do JORNAL DA CIDADE tentou falar com Manoel Costa Neto por telefone, mas não foi atendida.